Aos 23 dias do mês de setembro de 2026, às 10:00h, foi realizada a reunião ordinária do Comitê de Investimentos do Instituto de Previdência Social dos Servidores do Município de Sarzedo, nas dependências da sala de reuniões da Secretaria de Educação, com a presença dos membros Cléia Lemos Barroso Teófilo da Silva, Fábio Henrique Gomes e Valdirene Araújo Lacerda Santos. Registra-se que a reunião do Comitê de Investimentos, previamente agendada para o dia 11 de setembro de 2026, não foi realizada em razão de a Sra. Cléia encontrar-se afastada por motivo de saúde, mediante apresentação de atestado médico. Dessa forma, as demandas e matérias previstas para apreciação foram adiadas e foram incluídas na pauta da reunião agendada para esta data. Inicialmente, foi apresentado **o Relatório da Carteira de Investimentos**, referente ao mês de **agosto** de 2026, no qual foi informado que o **patrimônio** consolidado do Instituto corresponde a R$169.609.631,44, distribuído da seguinte forma: R$141.911.321,89 em ativos de renda fixa; R$17.155.215,17 em renda variável; R$9.258.675,47 em fundos estruturados; e R$1.284.418,91 em investimentos no exterior. Na sequência, foi realizada a análise do **enquadramento** da carteira, considerando as diretrizes estabelecidas na Política de Investimentos e os limites previstos na Resolução CMN nº 5.272/2025. Após a verificação, constatou-se que as alocações permanecem integralmente enquadradas nos limites legais e regulamentares, registrando-se apenas os desenquadramentos de natureza passiva dos fundos classificados como crédito privado, do Fundo de Investimento em Participações FIP e do investimento no exterior. Posteriormente, foram apresentados os resultados obtidos pela carteira de investimentos, que alcançou **rentabilidade** de 0,89% no mês, acumulando 8,83% no exercício. Em comparação com a meta atuarial de IPCA + 5,68% ao ano, que apresentou resultado de 0,06% no mês e 6,89% no acumulado do ano. Verificou-se também um **Gap** positivo de 0,83 ponto percentual no mês e de 1,94 ponto percentual no acumulado do exercício. E ainda, foi observado também que alguns fundos de renda variável mantidos na carteira do RPPS apresentam rentabilidade acumulada inferior à meta atuarial no ano de 2026, destacando-se o Itaú Dividendos, Itaú Ações Dunamis Institucional, AZ Quest Bayes Ações Sistemático, AZ Quest Small Mid Caps e Tenax Ações. O Comitê observou, entretanto, que o desempenho inferior à meta atuarial, quando analisado isoladamente, não caracteriza inadequação dos investimentos ou, necessariamente, deficiência na gestão dos respectivos fundos. As estratégias são distintas e estão sujeitas às diferentes condições de mercado, fatores de risco, setores econômicos, estilos de investimento e segmentos de capitalização das empresas que compõem suas carteiras. Nesse sentido, o AZ Quest Bayes Ações Sistemático, por exemplo, adota estratégia quantitativa baseada em fatores de risco, com mais de 100 posições e elevada diversificação por empresas e setores, tendo como benchmark o Ibovespa. Já o AZ Quest Small Mid Caps possui exposição concentrada em empresas de pequena e média capitalização, segmento que apresentou comportamento distinto do Ibovespa no período. O Tenax Ações, por sua vez, adota gestão ativa, buscando empresas negociadas abaixo de seu valor intrínseco e com perspectivas de crescimento, enquanto o Itaú Dunamis Institucional possui estratégia de análise fundamentalista, com seleção concentrada de ações e possibilidade de alocação tática em caixa. O Itaú Dividendos, igualmente, possui estratégia própria, direcionada à seleção de empresas com características compatíveis com sua política de investimentos. Isso se deu em razão da deflação registrada no mês de agosto de 2026. Dessa forma, o Comitê entende que a avaliação dos fundos deve considerar não apenas a comparação com a meta atuarial, mas também seus respectivos benchmarks, estratégias de gestão, desempenho relativo a fundos de mesma categoria, horizonte de investimento, volatilidade e contribuição para a diversificação da carteira. Em seguida, os membros procederam à análise do **Relatório de Riscos**, abrangendo os principais indicadores relacionados ao risco de mercado. De acordo com o Dashboard disponibilizado pela consultoria, o Valor em Risco (VaR) para um dia útil se deu em 0,28%.

No Relatório de Riscos de Mercado, observou-se que o **VaR** atingiu 1,27% no período mensal e 4,39% no horizonte de doze meses, apresentando redução em relação ao levantamento anterior. O indicador de volatilidade **Vol** foi apurado em 0,47% no mês e 2,15% no período de doze meses, demonstrando diminuição em comparação com o período anterior. O índice de **Treynor** apresentou resultado de -0,29% no mês e 0,00% no acumulado de doze meses, indicando aumento do desempenho ajustado ao risco. O **Drawdown** atingiu 0,13%, tanto na apuração mensal quanto no período de doze meses, evidenciando redução em relação ao relatório anterior. Por sua vez, o índice de **Sharpe** registrou -1,70% no mês e 0,03% no acumulado de doze meses, refletindo elevação quando comparado ao período precedente. No tocante aos demais riscos acompanhados pelo Comitê, verificou-se que o **risco de crédito** permanece sob controle, respaldado pela diversificação dos investimentos, pelo acompanhamento contínuo dos ratings de risco atribuídos às instituições financeiras, bem como pela realização periódica de diligências e análise dos respectivos lastros. Quanto ao **risco de solvência**, constatou-se que este permanece em conformidade com as premissas estabelecidas na avaliação atuarial e no estudo de Asset Liability Management (ALM). O **risco sistêmico** continua sendo monitorado em razão das condições observadas no sistema financeiro nacional e das incertezas que permanecem presentes no cenário econômico internacional. Em relação ao **risco reputacional**, permanece o acompanhamento contínuo das informações relacionadas às instituições financeiras que integram a carteira de investimentos. No que se refere ao **risco operacional**, seguem sendo avaliadas as práticas de governança adotadas pelos administradores e gestores dos fundos, especialmente quanto aos controles internos, à segregação de funções, às políticas de gerenciamento de riscos e aos mecanismos de transparência. Quanto ao **risco legal**, mantém-se o monitoramento da conformidade das aplicações financeiras com a legislação vigente, bem como das eventuais alterações normativas que possam impactar a gestão dos investimentos. Por fim, relativamente ao **risco de liquidez**, verificou-se que a carteira permanece devidamente enquadrada nos limites estabelecidos, considerando as necessidades financeiras identificadas a partir do cálculo atuarial. No entanto, em relação à composição da liquidez, constatou-se que 89,43% dos recursos encontram-se alocados em investimentos com prazo de liquidez entre zero e trinta dias; 7,33% entre um e dois anos; 2,08% acima de dois anos; 0,87% entre cento e oitenta e um e trezentos e sessenta e cinco dias; e 0,28% alocados em Fundo de Investimento em Participações FIP, cuja liquidez está sujeita às regras específicas aplicáveis a essa modalidade de investimento. Dando prosseguimento à reunião, foi apreciado o **Relatório Focus** do Banco Central, divulgado em 21 de setembro de 2026. De acordo com as projeções apresentadas, a expectativa para a inflação, medida pelo **IPCA**, foi de 4,92%, apresentando aumento em relação à projeção divulgada na semana anterior. Para o **PIB**, a estimativa de crescimento foi de 1,88%, registrando redução à duas semanas. Para a taxa de **câmbio**, a projeção permaneceu em R$5,20, mantendo-se nesse patamar há quatorze semanas. Em relação à **Taxa Selic**, as expectativas apontaram redução para 13,50% ao final de 2026, permanecendo em 12,00% ao final de 2027 e 10,50% ao término de 2028. Na análise do **cenário econômico** nos **Estados Unidos** o cenário econômico norte-americano permanece como um dos principais fatores de influência sobre os mercados globais. Em 16 de setembro de 2026, o Federal Reserve elevou a taxa básica de juros em 0,25 ponto percentual, para o intervalo entre 3,75% e 4,00% ao ano, em decisão unânime. O Fed destacou que a atividade econômica continua avançando em ritmo sólido, os gastos domésticos permanecem resilientes e a inflação ainda se encontra elevada. A postura mais restritiva da autoridade monetária norte-americana reduziu o espaço para uma flexibilização monetária mais rápida e passou a sustentar expectativas de nova elevação dos juros ainda em 2026. O movimento tende a favorecer o dólar e a manter os rendimentos dos títulos do Tesouro norte-americano em patamares

elevados, aumentando a atratividade relativa dos ativos em dólar e impondo maior seletividade aos mercados emergentes. Os mercados globais apresentaram recuperação, impulsionados principalmente por ações ligadas à inteligência artificial e pela queda do petróleo, mas o ambiente permanece sensível à possibilidade de novos aumentos dos juros norte-americanos. Na **Europa**, o cenário é marcado pela combinação de inflação persistente, crescimento moderado e preocupações fiscais, especialmente em economias de maior endividamento. Em 10 de setembro, o Banco Central Europeu elevou suas três principais taxas de juros em 0,25 ponto percentual, destacando que as pressões inflacionárias permanecem relevantes, inclusive em razão dos efeitos dos conflitos no Oriente Médio sobre os preços de energia. O BCE projeta inflação média de 3,0% em 2026, 2,5% em 2027 e 2,1% em 2028, enquanto prevê crescimento de 0,9% para a economia da zona do euro neste ano. Paralelamente, a situação fiscal da França permanece como importante ponto de atenção para os mercados europeus, com o aumento do prêmio de risco dos títulos franceses refletindo as preocupações dos investidores com a trajetória da dívida e do déficit público. Na China, o cenário apresenta comportamento heterogêneo. A indústria e as exportações continuam demonstrando forte desempenho, enquanto o consumo doméstico e o setor imobiliário permanecem como importantes pontos de fragilidade. Os dados divulgados em agosto mostram crescimento de 5,2% da produção industrial, enquanto as vendas no varejo avançaram apenas 0,4% em relação ao mesmo período do ano anterior. O investimento em ativos fixos acumulou queda de 7,2% nos primeiros oito meses do ano, enquanto o investimento imobiliário recuou 19,9%, evidenciando a persistência das dificuldades do setor imobiliário. Em contrapartida, as exportações apresentaram forte crescimento, contribuindo para sustentar a atividade econômica. O Banco Popular da China manteve as principais taxas de empréstimo em níveis historicamente baixos, buscando dar suporte à atividade econômica. Dessa forma, a economia chinesa continua apresentando força no setor industrial e exportador, mas enfrenta o desafio de estimular a demanda interna e reduzir os efeitos da crise imobiliária. No **Brasil**, o cenário combina melhora recente dos indicadores de inflação, desaceleração gradual da atividade econômica e manutenção de juros ainda elevados, em um ambiente de maior incerteza externa e fiscal. Em setembro, o Banco Central reduziu a Selic em 0,25 ponto percentual, para 13,75% ao ano, realizando o quinto corte consecutivo. O Copom destacou, contudo, que o ambiente externo permanece incerto e que a política monetária das economias avançadas, a volatilidade dos preços dos ativos e das commodities e os conflitos internacionais exigem cautela. Os indicadores de inflação apresentaram melhora no curto prazo. Conforme os dados apresentados, o IPCA-15 registrou deflação de 0,40% em agosto, acumulando alta de 3,09% no ano e 4,24% em 12 meses. O resultado foi influenciado principalmente pela queda nos grupos Habitação, Transportes e Alimentação e bebidas. Entretanto, parte relevante da deflação esteve relacionada a fatores pontuais, como o bônus de Itaipu sobre as tarifas de energia, razão pela qual o movimento deverá ser acompanhado antes de se concluir por uma tendência permanente de desinflação. As expectativas de inflação continuam sendo um ponto de atenção, permanecendo acima do limite superior da meta. A atividade econômica, por sua vez, segue apresentando crescimento, porém em ritmo mais moderado. O PIB brasileiro avançou 0,5% no segundo trimestre de 2026, impulsionado principalmente pela agropecuária, enquanto o consumo das famílias demonstrou perda de força. Esse comportamento reforça a percepção de desaceleração gradual da economia após o período de juros elevados. No mercado financeiro doméstico, o Ibovespa apresentou desempenho positivo e chegou a níveis próximos às máximas recentes, demonstrando relativa resiliência mesmo diante das incertezas internacionais. Em 21 de setembro, o índice avançava 0,65%, enquanto o dólar recuava para aproximadamente R$ 5,11, movimento favorecido pela queda do petróleo e pelas expectativas relacionadas à trajetória dos juros domésticos. Apesar da melhora dos indicadores

correntes, o cenário fiscal brasileiro permanece como importante fator de risco para os mercados, especialmente diante da proximidade do período eleitoral. A percepção sobre a trajetória da dívida pública, a evolução das despesas e a capacidade de cumprimento das metas fiscais poderá influenciar significativamente a curva de juros, o câmbio e a precificação dos ativos brasileiros nos próximos meses. Nesse contexto, a possibilidade de continuidade do ciclo de redução da Selic deverá ser avaliada conjuntamente com a evolução das expectativas de inflação, das contas públicas e das condições financeiras internacionais. Quanto ao **câmbio**, o comportamento do dólar frente ao real permanece condicionado principalmente ao diferencial de juros entre Brasil e Estados Unidos, à trajetória da política monetária do Federal Reserve, ao cenário fiscal doméstico e às incertezas associadas ao período eleitoral. A recente decisão do Fed de elevar os juros para a faixa de **3,75% a 4,00% ao ano**, enquanto o Banco Central brasileiro reduziu a Selic para **13,75% ao ano**, tende a reduzir parcialmente o diferencial de juros entre os dois países e, consequentemente, diminuir um dos fatores que vinham favorecendo a entrada de recursos estrangeiros e a valorização do real. Analistas avaliam que a manutenção de uma postura mais restritiva pelo Fed pode dar sustentação ao dólar, especialmente caso os rendimentos dos títulos do Tesouro americano permaneçam elevados. Mesmo assim, o real ainda encontra suporte no elevado diferencial de juros e nos fluxos relacionados às commodities, mas esse suporte pode perder força gradualmente com a redução da Selic e a manutenção de juros elevados nos Estados Unidos. Ao mesmo tempo, as incertezas fiscais e eleitorais tendem a aumentar sua volatilidade. Na sequência, foi apresentado e analisado pelo Comitê de Investimentos o **Relatório Semestral de Diligência e Verificação de Lastro** referente ao primeiro semestre de 2026, elaborado com base na posição da carteira de investimentos do IPRES em 30 de junho de 2026, tendo como finalidade o acompanhamento dos ativos, da composição da carteira, dos riscos, da rentabilidade e da aderência dos investimentos à Política de Investimentos vigente e à regulamentação aplicável, especialmente à Resolução CMN nº 5.272/2025, à Portaria MTP nº 1.467/2022 e às diretrizes do Manual do Pró-Gestão RPPS versão 4.1. Na análise do cenário econômico, o relatório destacou que o primeiro semestre de 2026 foi marcado pela permanência de juros elevados, inflação acima da meta, incertezas fiscais e volatilidade nos mercados. Nesse ambiente, a carteira do IPRES apresentou composição predominantemente conservadora, com concentração em renda fixa, que representava 83,42% do patrimônio, seguida de renda variável, com 10,35%, investimentos estruturados, com 5,48%, e investimentos no exterior, com 0,76%. Quanto aos principais fatores de exposição, destacaram-se os benchmarks CDI, IPCA e IRF-M 1, correspondentes, respectivamente, a 51,68%, 17,51% e 13,81% da carteira consolidada. Quanto ao enquadramento, verificou-se que a carteira, ao final de junho de 2026, apresentava R$ 166.091.485,71, estando distribuída entre os segmentos previstos na Política de Investimentos de 2026. A renda fixa correspondia a 83,42% da carteira, sendo 37,23% alocados no art. 7º, I, e 40,17% no art. 7º, V; a renda variável representava 10,35%, os investimentos no exterior 0,76% e os investimentos estruturados 5,48%. O relatório registra, ainda, a existência de 4,18% em crédito privado, classificados no art. 7º, VII, além de 1,85% em ativos financeiros enquadrados no art. 7º, VI. No que se refere à verificação do lastro, a análise consolidada das carteiras dos fundos demonstrou que 42,30% dos recursos estavam investidos, de forma indireta, em títulos públicos federais, enquanto 21,83% estavam alocados em operações compromissadas lastreadas em títulos públicos federais, resultando em 64,13% dos recursos com lastro final no Tesouro Nacional. O relatório também identificou exposição a ativos de emissão bancária, fundos de investimento, ações e debêntures, entre outros ativos. Em relação ao risco de crédito, 73,57% dos recursos foram classificados como AAA, considerando os títulos privados e os títulos de emissão do Tesouro Nacional, enquanto 11,19% correspondiam a fundos cujas

carteiras estavam omitidas, além das demais classificações apresentadas no relatório. Quanto ao desempenho, foi observado que a carteira do IPRES encerrou o primeiro semestre de 2026 com rentabilidade acumulada de 6,74%, superando a meta atuarial acumulada de 6,25% em 0,49 ponto percentual, correspondente a 107,79% do objetivo estabelecido para o período. O resultado apresentou desempenho superior à meta em todos os meses do semestre, com destaque para janeiro, quando a rentabilidade mensal da carteira foi de 2,07%, frente à meta de 0,79%. Ao longo do semestre, a carteira apresentou evolução positiva, encerrando junho com patrimônio de R$ 166.091.485,71. No tocante aos riscos, o relatório registra que o risco de mercado é acompanhado mensalmente por meio de indicadores como volatilidade, VaR, Treynor, Sharpe e Drawdown, bem como pela análise histórica de rentabilidade dos fundos e sua comparação com os respectivos benchmarks. Quanto ao risco de liquidez, verificou-se que 65,26% da carteira possuía liquidez imediata, em D+0 e D+1, proporcionando flexibilidade para movimentações de curto prazo; 15,90% estavam alocados em fundos vértice, com vencimentos entre 2026 e 2030; e 16,96% correspondiam a ativos com prazo máximo de resgate de até D+32. O relatório também registra que 1,85% da carteira estava alocada em títulos privados, cuja liquidez está vinculada ao respectivo vencimento. Em relação ao risco de solvência, foi considerado o acompanhamento da situação atuarial por meio da Avaliação Atuarial e do estudo de ALM, instrumentos utilizados para análise dos fluxos previdenciários, definição da taxa de retorno necessária e avaliação da composição da carteira sob diferentes cenários. Conforme as projeções apresentadas, embora sejam observados fluxos de caixa negativos sucessivos em razão do crescimento das obrigações previdenciárias e da redução das receitas, considerando os ganhos de mercado dos investimentos, o fluxo projetado se tornaria negativo somente a partir de 2043, sendo indicada a necessidade de manutenção de rentabilidade real de 5,68% para preservação da solvência do regime até o seu horizonte final. Diante da análise realizada, o Comitê de Investimentos tomou conhecimento do Relatório Semestral de Diligência e Verificação de Lastro referente ao primeiro semestre de 2026, registrando que, conforme as informações apresentadas, a carteira manteve sua estratégia predominantemente voltada à renda fixa e a ativos de maior liquidez, com adequada diversificação entre diferentes fatores de risco. O relatório conclui que não foram identificadas irregularidades nos ativos aos quais houve acesso e que o desempenho da carteira foi condizente com o cenário econômico do período, tendo a rentabilidade acumulada superado a meta atuarial e apresentado baixa volatilidade. E por último, quanto ao indicador de volatilidade (Vol), registra-se a correção da informação apresentada na ata do mês anterior, na qual constou, equivocadamente, que o indicador havia apresentado redução em relação ao período precedente. Após a conferência dos dados, verificou-se que o indicador apresentou elevação, alcançando 0,62% no mês e 2,17% em doze meses, refletindo um aumento da volatilidade dos investimentos no período analisado. A presente ata retifica a informação anteriormente registrada, mantendo-se os valores apurados conforme os dados consolidados do período. Logo depois, a Sra. Cléia apresentou a documentação referente à **5ª chamada de capital** do FIP "XP Selection Prime Feeder Institucional Feeder". No decorrer da análise, constatou-se que, em 09/09/2026, a XP Investimentos encaminhou comunicação por e-mail solicitando o aporte equivalente a 4,2% do capital comprometido. Em atendimento à referida solicitação, foi efetuado pela Superintendente, em 18/09/2026, o respectivo repasse, no montante de R$ 42.000,00. Na continuidade dos trabalhos, a Sra. Cléia apresentou o extrato do fundo **BB RF Fluxo Soberano**, destinado à cobertura das despesas relativas à folha de benefícios previdenciários, cujo saldo, na ocasião, totalizava **R$1.604.878,10**. Considerando a permanência da inadimplência do Município de Sarzedo quanto aos repasses das contribuições patronais, pendentes desde agosto de 2025, os membros do Comitê deliberaram pela manutenção integral dos recursos no referido fundo, sem a realização de qualquer

realocação, com o objetivo de assegurar a liquidez necessária para garantir o pagamento de, no mínimo, três folhas mensais de benefícios previdenciários. Em seguida, a pedido da Superintendente, a Sra. Cléia apresentou informações acerca da **previsão de repasse**, por parte da Prefeitura Municipal de Sarzedo, dos valores referentes à contribuição patronal que se encontram em atraso desde agosto de 2025, e possivelmente dos aportes também em atraso referente anos de 2024 e 2025, informando que, conforme esclarecimentos prestados pelo Secretário Municipal de Fazenda, o processo de venda da folha de pagamento da Prefeitura, está previsto para fechamento até o final mês de setembro, e que, ainda, que, tão logo seja efetuado o pagamento pela instituição vencedora, a Prefeitura irá utilizar os recursos para promover a quitação de parte dos valores em atraso. Por fim, este comitê retomou as discussões referentes ao estudo de ALM realizado, quando foi ressaltado que conforme análises anteriores verificou-se que o estudo foi elaborado utilizando metodologia específica para integração entre os ativos e passivos previdenciários. Conforme apresentado no relatório, a modelagem considerou, conjuntamente, o cenário macroeconômico, as projeções do passivo atuarial e as expectativas de retorno das diferentes classes de ativos, buscando identificar uma estratégia capaz de contribuir para a manutenção da solvência do RPPS e para o cumprimento de suas obrigações futuras. Registrou-se, ainda, que a realização e a incorporação do estudo ao processo decisório constituem importante instrumento de governança e planejamento da gestão dos recursos previdenciários, encontrando-se alinhadas às boas práticas exigidas pelo Programa Pró-Gestão RPPS, especialmente no que se refere à necessidade de demonstrar, conforme exigência do item 3.2.6 do manual de pro-gestão a incorporação do referido estudo. Destacaram também, que o referido estudo identificou a necessidade de obtenção de rentabilidade real mínima de 5,68% ao ano para que o patrimônio previdenciário, associado às receitas e demais premissas consideradas na modelagem, seja compatível com o cumprimento das obrigações projetadas ao longo da vida do plano. Dessa forma, as decisões de investimento ora analisadas buscam não apenas a obtenção de rentabilidade no curto prazo, mas, principalmente, a construção de uma carteira compatível com a duração e o fluxo das obrigações previdenciárias, preservando os princípios de segurança, rentabilidade, solvência, motivação, adequação e transparência e foi também realizada a análise de liquidez dos referidos fundos. Na verificação da estrutura atual da carteira, foi identificado que, na data-base considerada pelo estudo, aproximadamente 84,44% dos recursos encontravam-se em posições disponíveis para otimização e eventual rebalanceamento, enquanto 15,56% correspondiam a ativos considerados ilíquidos, compostos, principalmente, por títulos privados adquiridos diretamente, fundos de vértice e fundos estruturados. Dessa forma, o Comitê considerou expressamente a parcela de recursos sem liquidez imediata na definição das novas estratégias, evitando que as decisões de alocação comprometessem a capacidade financeira do Instituto para cumprimento de suas obrigações previdenciárias e demais necessidades de caixa. Ressalta-se ainda, que a existência de aproximadamente 84,44% da carteira em ativos passíveis de movimentação confere ao IPRES margem para promover ajustes graduais em sua alocação estratégica, sem a necessidade de realização indiscriminada de resgates ou alienações de ativos de longo prazo em momentos eventualmente desfavoráveis. Em continuidade, foi analisada a situação financeira do Município em relação aos repasses destinados ao cumprimento do plano de amortização do déficit atuarial, tendo sido registrado que existem valores referentes aos exercícios de 2024 e 2025 ainda pendentes de regularização. O Comitê reconheceu que tal situação exige acompanhamento permanente e impõe maior cautela à gestão dos recursos, especialmente quanto à preservação de liquidez e à capacidade do IPRES de honrar seus compromissos previdenciários. Entretanto, considerando a composição atual da carteira, o fluxo projetado das obrigações, o volume de recursos disponíveis para movimentação, as projeções

constantes do Estudo de ALM e a necessidade de buscar rentabilidade compatível com as obrigações futuras do Regime, concluiu-se que a situação de inadimplência relativa aos aportes do plano de amortização não impede, por si só, a realização de novas alocações estratégicas, desde que estas sejam efetuadas de forma prudente, gradual, compatível com o fluxo de caixa e observando-se a capacidade financeira do Instituto de manter os ativos até seus respectivos vencimentos. Na sequência, os membros reanalisaram o resultado do processo de otimização da carteira realizado pela consultoria. Onde o estudo indicou diferentes combinações de ativos, considerando risco, retorno esperado, volatilidade, liquidez e solvência. Dentre as alternativas simuladas, a Carteira 1 foi apresentada como a estratégia recomendada pela consultoria, destacando-se pela combinação entre menor volatilidade, elevada razão de solvência e manutenção de parcela de recursos em ativos líquidos. A carteira sugerida contempla relevante participação em títulos públicos federais, associada a posições em ativos líquidos e outras classes compatíveis com a estratégia de diversificação. O Comitê também analisou o cenário econômico suso-mencionado e a perspectiva de redução gradual das taxas de juros ao longo do tempo. Foi ponderado que a atual composição da carteira possui significativa exposição a ativos cuja rentabilidade acompanha as taxas de juros de curto prazo, especialmente ativos vinculados ao CDI. Dessa forma, eventual continuidade do processo de redução da taxa Selic poderá diminuir, progressivamente, a capacidade desses investimentos de gerar os retornos nominais e reais observados em períodos de juros mais elevados. Diante dessa perspectiva, os membros entenderam ser prudente aproveitar oportunidades de contratação de taxas reais de juros compatíveis ou superiores à taxa mínima de equilíbrio identificada pelo Estudo de ALM e à meta atuarial vigente, especialmente por meio da aquisição de títulos públicos indexados à inflação. Foi destacado que, no momento das análises, existiam oportunidades de títulos públicos com taxas reais em patamares próximos a IPCA acrescido de aproximadamente 8% ao ano, dependendo do título, do prazo e das condições de mercado no momento da negociação. Assim, a estratégia de aquisição de títulos públicos visa aumentar a previsibilidade dos retornos de longo prazo e reduzir a dependência exclusiva das taxas de juros de curto prazo, buscando contratar, no presente, taxas reais compatíveis com as necessidades futuras do RPPS. Registra-se, contudo, que nenhuma aplicação financeira representa garantia absoluta de atingimento da meta atuarial, uma vez que o resultado futuro dependerá do conjunto da carteira, das premissas atuariais, do comportamento da inflação, da evolução das obrigações, das receitas previdenciárias e das demais condições consideradas ao longo do tempo. Especial atenção foi dedicada à possibilidade de aquisição direta desses títulos públicos federais, especialmente títulos indexados à inflação, observando-se que o Estudo de ALM apontou essa classe de ativos como elemento relevante da estratégia recomendada. O Comitê registrou que a aquisição de títulos públicos federais apresenta aderência às características do passivo previdenciário do IPRES, tendo em vista o horizonte de longo prazo das obrigações e a possibilidade de estruturar os vencimentos dos títulos de forma compatível com as necessidades financeiras projetadas. Foi destacado que o próprio Estudo de ALM considerou o casamento entre os vencimentos dos títulos públicos e os períodos nos quais se concentram as obrigações futuras do Instituto, buscando proporcionar disponibilidade de recursos nos momentos compatíveis com o fluxo atuarial. Dessa forma, a aquisição de títulos públicos não foi analisada exclusivamente sob a ótica da rentabilidade momentânea, mas principalmente considerando sua função na estratégia de compatibilização entre ativos e passivos. Após análise, o Comitê entendeu que, para a parcela de títulos públicos destinada a ser mantida até o vencimento, a classificação pela metodologia de **marcação na curva** mostra-se tecnicamente mais compatível com os objetivos da estratégia do que a manutenção desses ativos exclusivamente sujeitos às oscilações da marcação a mercado. Tal entendimento decorre do fato de que o IPRES possui obrigações

previdenciárias de longo prazo e, conforme as premissas e projeções consideradas no Estudo de ALM, apresenta duração do passivo compatível com investimentos de prazo mais longo. A opção pela marcação na curva será adotada exclusivamente para os títulos em relação aos quais o IPRES demonstre possuir, no momento da aquisição, intenção e capacidade financeira de mantê-los até o vencimento, observados todos os requisitos legais, contábeis e regulamentares aplicáveis. A decisão não decorre da intenção de ignorar os riscos de mercado, mas, justamente, de reduzir a exposição da parcela estratégica de longo prazo da carteira à volatilidade decorrente das oscilações temporárias das taxas de juros, preservando a previsibilidade da rentabilidade contratada, desde que o título seja efetivamente mantido até o seu vencimento. Considerando a necessidade de assegurar transparência, rastreabilidade e condições adequadas de execução, ficou definido que as aquisições diretas de títulos públicos federais serão realizadas por meio de plataforma eletrônica autorizada e operacionalizada diretamente no ambiente da B3, observando-se os procedimentos internos do IPRES, a legislação vigente, os controles necessários e as condições de mercado existentes no momento de cada operação. Para cada aquisição de título público, deverão ser registrados e arquivados, documentos com a data da operação, título adquirido, vencimento, taxa contratada, valor financeiro, justificativa da compatibilidade com o fluxo atuarial e aderência à Política de Investimentos e à legislação aplicável. E ainda, registra-se que a avaliação do histórico e capacidade dos gestores e instituições já foram realizada no momento da análise previa para realização do credenciamento, observando-se, dentre outros critérios pertinentes, sua experiência, estrutura de governança, capacidade operacional, patrimônio sob gestão, consistência da estratégia, política de riscos, e demais informações disponíveis que possam contribuir para a adequada avaliação da alternativa de investimento. Diante das análises realizadas e considerando que, inicialmente, havia sido avaliada a possibilidade de destinação de até 50% dos recursos disponíveis para a aquisição de títulos públicos federais, o Comitê deliberou, por cautela, prudência e observância à necessidade de preservação da liquidez do Instituto, pela redução desse percentual para 30%. A decisão decorre, especialmente, da situação financeira do Município de Sarzedo, tendo em vista que os repasses não vêm sendo realizados de forma regular e tempestiva, circunstância que exige maior atenção à disponibilidade de recursos para o cumprimento das obrigações previdenciárias presentes e futuras. Assim, embora reconheça a importância estratégica da aquisição de títulos públicos, especialmente daqueles indexados à inflação e compatíveis com o fluxo atuarial, o Comitê entendeu que, no atual cenário, não seria prudente comprometer 50% dos recursos disponíveis em ativos destinados à manutenção até o vencimento. Dessa forma, ficou deliberado que, neste momento, serão destinados até 30% dos recursos disponíveis para a aquisição de títulos públicos federais, permanecendo o percentual remanescente em aplicações que proporcionem maior liquidez e flexibilidade à gestão financeira do IPRES, sem prejuízo de futuras revisões da estratégia, caso haja regularização dos repasses municipais e melhoria das condições de caixa do Instituto. A estratégia aprovada, portanto, privilegia a diversificação e a construção gradual de uma carteira capaz de conciliar rentabilidade, segurança, solvência e liquidez. Por todo o exposto este comitê decide pelas seguintes realocações: **zerar** todo o valor do fundo BB IRF M-1 RF Previd; **zerar** todo o valor do fundo Caixa Brasil IRF-M TP RF Previd; **zerar** os fundos BB IMA- B5 RF Previd. e Caixa Brasil Ima B5 Fic RF Previd; resgatar **3%** do fundo BB Perfil Fic RF Ref. Previdenciário; **4,62%** do fundo Bradesco Premium FI RF REF DI; **5%** do fundo Caixa Brasil FI RF Ref. DI e, **5%** do fundo Santander Institucional Premium. Ressaltando que todos os valores devem ser resgatados para a conta 14.444-4, a partir da qual será revertido para os Títulos Públicos, sendo eles: nos títulos com vencimento em 2028 o percentual de **0,30%**; nos títulos com vencimento em 2030 o percentual de **2%**; nos títulos com vencimento em 2035 o percentual de **7%**; nos títulos com vencimento em

2040 o percentual de **6,31%**; nos títulos com vencimento em 2045 o percentual de **5,39%**; nos títulos com vencimento em 2050 o percentual de **3%**; nos títulos com vencimento em 2055 o percentual de **3%**, e nos títulos com vencimento em 2060 um percentual de **3%**. Quanto às demais realocações sugeridas pelo estudo de ALM, referente aos fundos Multimercado e Letra Financeira, o comitê decidirá na próxima reunião, já em referência aos fundos de crédito privado, optaram por não os resgatar uma vez que se sairmos dessa posição não poderemos retornar devido ao nosso nível de pró gestão. Nada mais havendo a tratar, eu, Cléia Lemos Barroso Teófilo da Silva, lavrei a presente ata que, após lida, discutida e aprovada, foi devidamente assinada por mim e pelos demais membros presentes.

Cléia Lemos Barroso Teófilo da Silva

Fábio Henrique Gomes

Valdirene Araújo Lacerda Santos